



A INSERÇÃO DO JOVEM APRENDIZ NO MERCADO DE TRABALHO

Joice Cristina Martins Fraga¹; Laís Bueno Tonin²

1 joicecristinamf@gmail.com

2 lais-bueno@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a inserção do Jovem Aprendiz no mercado de trabalho; visto que o trabalho molda as pessoas e a sociedade em que estão inseridos, neste quesito sua principal função é preparar o jovem para conviver em sociedade, o mesmo ocorre no ambiente de trabalho, os jovens estão ingressando precocemente no mercado de trabalho em busca da oportunidade do primeiro emprego e de ter sua independência financeira, já que o fator monetário também é essencial para sua sobrevivência. Sendo assim, o objetivo geral estabelecido é apresentar o funcionamento dos programas de jovens aprendizes em Maringá/PR e região, apontando as dificuldades que possuem no momento de sua empregabilidade, analisando também os obstáculos a serem superados, e como lidam com a alta competitividade no ambiente organizacional. Para isso, utilizou-se como método de pesquisa um relato de experiência concedido após uma entrevista realizada em uma instituição de ensino profissionalizante localizada em Maringá/PR. Como aporte teórico foram utilizados os autores Fischer (2012), Lopes (2014), Máximo (2012), Oliveira (2009), Ramos (2006), Santos (2015), entre outros. Foi possível considerar que muitos jovens que já estão inseridos no mercado de trabalho, bem como aqueles que estão inserindo-se, buscam oportunidades de trabalho que permitam seu crescimento profissional e pessoal, bem como lhe forneça melhores condições financeiras.

Palavras-chave: Jovem Aprendiz. Mercado de Trabalho. Empregabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito apresentar o funcionamento do programa de jovens aprendizes em Maringá/PR e região por meio de um estudo de caso. Dessa forma, a escolha do tema surgiu justamente com base na análise e nas dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho, pois, acredita-se inicialmente que o jovem aprendiz tem diversas dificuldades para se destacar, sendo a principal delas a alta competitividade com os trabalhadores, que já possuem capacitação e conhecem as exigências impostas pelas empresas. Diante desse cenário competitivo, os jovens são os mais vulneráveis com relação às exigências por parte dos empregadores e terão de enfrentar grandes obstáculos para se enquadrar no meio organizacional.

Nesse sentido, a educação é um processo que ocorre ao longo de toda a vida do ser humano, independentemente de sua nacionalidade, condição financeira ou raça, sua principal função é preparar o jovem para conviver em sociedade; dessa forma também ocorre no ambiente trabalho, já que, o trabalho é o fator principal para a adultização desses jovens, visto que molda o ser humano, permite ser parte de um grupo social, desenvolve habilidades que antes eram desconhecidas por estes indivíduos, além de que, com o trabalho garante sua remuneração, já que o fator monetário também é essencial para sua sobrevivência.



Os jovens estão ingressando precocemente no mercado de trabalho em busca de oportunidade pelo primeiro emprego, vai além de querer se qualificar e trilhar uma carreira profissional envolve quesitos ligados à necessidade em querer fazer parte de algo, bem como a oportunidade de terem sua independência financeira. Assim, a pesquisa surgiu diante da problemática de quais as dificuldades que os jovens passam no momento de inserir-se em programas de aprendizes em um cenário de alta competitividade.

O objetivo geral estabelecido é apresentar o funcionamento dos programas de jovens aprendizes em Maringá/PR e região, apontando as dificuldades que possuem no momento de sua empregabilidade por meio desses programas. E como específicos delineou-se Identificar as dificuldades encontradas pelos jovens para ingressar no mercado de trabalho, ou seja, os obstáculos a serem superados e como lidam com a alta competitividade no ambiente organizacional; compreender a capacitação profissional dos jovens dentro do ambiente organizacional e as estratégias usadas tanto para a permanência destes jovens, quanto à ênfase na busca de melhores resultados por parte das organizações; e, verificar por meio de um estudo de caso com aprendizes de uma instituição como estes jovens lidam com a exigência por parte das empresas e qual o seu grau de experiência.

Há uma grande necessidade em se compreender os aspectos relacionados à inserção destes jovens no mercado de trabalho, bem como as dificuldades e inseguranças que ocorrem na busca pelo primeiro emprego; por isso precisam desenvolver competências, consideradas como pré-requisitos para determinada colocação e/ou função.

Diante das políticas públicas existentes de proteção ao jovem e somando a necessidade de analisar a eficácia das mesmas, este estudo tem por finalidade avaliar mais precisamente o Programa Jovem Aprendiz por meio de informações que faz menção à realidade no ambiente de trabalho, a satisfação com o programa e o reconhecimento diante das atividades prestadas à empresa.

Devido a quantidade de imposições para conseguir um emprego, estes jovens necessitam de uma visão ampla do mundo e precisam desenvolver competências consideradas como pré-requisitos para a sua colocação. Como exemplo disso: a liderança, a capacidade de trabalhar em equipe e habilidades de negociações. Desta forma, os talentos humanos são vistos como peças fundamentais para o sucesso da organização.

Contudo, este estudo também, tem a finalidade de servir como um aporte teórico relacionado a este tema, podendo ser usado como um parâmetro para futuras pesquisas. Dessa

forma, disseminará informações a estes leitores que muitas vezes não chegam a saber que existe este tipo de programa de incentivo aos jovens.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica em livros, textos disponibilizados na internet e visita a uma instituição profissionalizante, foi possível, além de conhecer a realidade do deste público, analisar todas as leis ligadas direta e indiretamente aos direitos dos jovens aprendizes. Definiu-se como procedimentos metodológicos, a pesquisa qualitativa exploratória, por meio de um estudo de caso com perguntas estruturadas, onde os dados serão apresentados em um relato de experiência da pesquisadora, nos quais os dados foram coletados após a aplicação de um questionário com questões fechadas referente a idade, sexo, grau de escolaridade e delimitações no ambiente organizacional. Tendo como principais fontes a Lei do Aprendiz Lei nº10.097/2000 que permite o direito a profissionalização de jovens entre quatorze a vinte e quatro anos de idade e também a Lei nº 8069/90 (Brasil, 1995) situado no artigo 62 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca que tem o objetivo a proteção de crianças e adolescentes.

Este trabalho é constituído por quatro capítulos, no primeiro encontra-se um breve resumo do significado de trabalho e o quão importante ele é na formação da identidade dos seres humanos perante a sociedade; o segundo capítulo retrata sobre os jovens aprendizes e o ambiente de trabalho; no terceiro capítulo é abordada a metodologia e o tipo de pesquisa empregada e no quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa metodológica.

2. OS JOVENS E O TRABALHO

O trabalho tem uma grande relevância na vida das pessoas, pois, proporciona ganhos econômicos, auxilia no desenvolvimento de habilidades, ensina o indivíduo a conviver com outras pessoas e com as diferenças e ajuda na realização profissional. Segundo Silva e Trindade (2013, p. 07):

O trabalho pode ser definido como toda atividade pela qual o homem utiliza sua energia física ou psíquica para satisfazer suas necessidades ou para atingir um determinado fim, é através dele que o ser humano transforma a natureza, constrói e reconstrói, dá sentido à vida e pode moldar e mudar a natureza e, ao mesmo tempo, alterar a si próprio.

Isso quer dizer que, considerando os motivos pelos quais o homem busca a inserção no meio social, o primordial é o trabalho, pois é este que molda o ser humano, permite ser parte de um grupo social, adquire experiências, desenvolve habilidades que antes eram desconhecidas por

este indivíduo, além de que, com o trabalho garante sua remuneração, já que, o fator monetário também é essencial para a sobrevivência do ser humano.

Dentre as diferenças históricas sobre as formas, acesso e continuidade do trabalho, destaca-se que atualmente a legislação vigente veta o trabalho de pessoas menores de dezesseis anos, sendo proibido e classificado como trabalho de exploração infantil. Mas, o legislador, atendendo aos anseios da sociedade e a fim de diminuir o trabalho ilegal, resolveu facilitar a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, permitindo dessa forma, a formação técnico-profissional do adolescente, ou seja, caso o menor esteja em uma condição de trabalho, ela não deve atrapalhar seus estudos, bem como sua formação pessoal, pois, um aprendizado inadequado pode prejudicar o desenvolvimento mental e psicológico do jovem (OLIVEIRA, ROBAZZI, 2001).

Em relação a essa forma de amenizar a ilegalidade no trabalho do menor de idade no Brasil, foi desenvolvido o Programa Nacional de Aprendizagem, que é uma iniciativa do governo federal e edificado a partir de políticas públicas, nas quais criaram uma Lei de proteção social, chamada Lei do Aprendiz 10.097/2000, ligada ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e diz que: Art. 62 – Considera-se aprendizagem, a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor (BRASIL, 1990).

A Lei do Aprendiz influenciou na alteração nos artigos 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); que trata as regras sobre o trabalho infantil ilegal, permitindo o trabalho legal, desde que nas condições de aprendizes, aos menores com idade entre 14 a 24 anos e regulamentam o direito de profissionalização e a proteção da criança e do adolescente (NASCIMENTO, 2013).

Em relação à Lei da aprendizagem, de acordo com Manual da Aprendizagem 2009, a lei nº 10.097/2000 denominada como Lei da Aprendizagem, que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005 (Brasil, 2005), determina que as empresas de médio e grande porte devem fazer a contratação destes jovens no ofício de aprendiz previstos na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), dentro da cota estabelecida pela legislação, que é entre 5% no mínimo e de 15% no máximo, com base no total de funcionários da empresa; nos quais devem ser matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições de ensino credenciadas, que são autorizadas a ministrar estes tipos de cursos, como exemplo dessas instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT),

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Escolas técnicas de Educação e Entidades sem Fins Lucrativos (LOPES, 2014).

Como formalização burocrática destes jovens é efetivado um contrato por tempo determinado específico, com prazo de no máximo dois anos, feito entre o aprendiz, a empresa e a instituição de ensino credenciada (BRANCO, 2005 *apud* BORGES, 2010).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017), dos 48,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade no Brasil, mais da metade (25,2 milhões) não haviam concluído no momento da pesquisa o ensino superior e nem frequentava escola, curso, universidade ou qualquer atividade regular de ensino; são mais 330 mil pessoas em comparação a 2016. A pesquisa aponta que destes, 39,6% interromperam os estudos por causa do trabalho (IBGE, 2017).

A mesma pesquisa apontou que em média dois milhões de brasileiros entre 14 e 17 anos trabalham de forma irregular e apenas a metade dos jovens de 18 a 24 anos conclui o ensino médio e há ainda, a distorção de idade-série, ou seja, as idades não correspondem ao grau de desenvolvimento de aprendizagem do indivíduo. Além disso, 49% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora das escolas; o que não está agregando somente ao trabalho precoce, mas também à baixa capacidade do sistema educacional de atrair, reter e qualificar estes estudantes, que acabam por aceitar trabalho de forma ilegal e que não contribui para o seu desenvolvimento (IBGE, 2017).

Em consonância com os dados do IBGE, Reis (2015) destaca que no Brasil há um alarmante número de jovens despreparados para o mercado de trabalho, tal afirmação pode ser feita ao analisar a qualidade do ensino do país, pois, as escolas não são preparadas para lidar com o tema trabalho. Os alunos saem do ensino médio sem ter contato com experiências que poderiam contribuir na decisão sobre sua carreira, como por exemplo, palestras profissionais, atividades voltadas à orientação vocacional, sem isso, acabam se matriculando em cursos técnicos ou de graduação os quais nem mesmo conhecem.

Mesmo mediante a Lei de proteção aos direitos dos jovens, a inserção destes no mercado de trabalho não é facilitada. Algumas empresas ainda preferem trabalhar em desacordo com o que é imposto na legislação, não contratando a cota específica de aprendizes de acordo com número de funcionários existentes em suas empresas; talvez não percebam a importância de tal trabalho na vida pessoal e profissional desses jovens. Sendo assim, e não apenas por este motivo,

ainda se nota um grande número de jovens desempregados e em alguns casos sem visão de futuro profissional (REIS, 2015).

Com isso, percebe-se a necessidade de compreender os fatos relacionados a esse público-alvo, entre eles a educação e os desafios para a prática profissional. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para o ingresso de adolescentes no mundo do trabalho precisam levar em conta o incentivo à continuidade dos estudos (CASTRO, 2007).

Essa inserção antecipada no mundo do trabalho reflete em uma reprodução social da pobreza, onde o público juvenil com problemas socioeconômicos se insere no mercado de trabalho de forma prematura, visando sua própria sustentação e a de sua família. Estes jovens, além de ser um público que sofre com a falta de oportunidade e carência de qualificação, tendem a ser mais vulneráveis e têm mais chances de estarem em situações de trabalho precário e com baixa remuneração (CASTRO, 2007).

O Programa da Lei da Aprendizagem, conhecido como Programa Jovem Aprendiz - PJA, faz jus à proteção dos jovens, garantindo-lhes o direito à profissionalização com uma formação técnico-profissional, relacionam seus resultados ao desenvolvimento profissional e ao aumento da empregabilidade e da percepção de auto eficácia, sendo compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico destes jovens (MTE, 2014; OLIVEIRA, 2009).

Desse modo, o contrato de aprendizagem vai além de empregar e pagar o salário. Envolve também aspectos de formação profissional, na qual, formação profissional faz referência aos processos educativos nas escolas ou nas empresas no sentido de absorver e desenvolver conhecimentos (RAMOS, 2006).

Há também a percepção dos jovens quanto ao ambiente de trabalho. Essa parcela da população é a que mais sofre com o desemprego atualmente, mesmo nas modalidades mais vantajosas, como os programas de estágio e aprendizagem, eles tem de enfrentar uma alta competitividade, uma vez que possuem pouca ou nenhuma bagagem profissional, no qual, precisam buscar formas de se destacar e a qualificação é sua principal arma neste momento, Portanto, é natural e extremamente relevante que os jovens tenham maior consciência a respeito da importância da qualificação (MACÊDO; ALBERTO, 2012).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento profissional destes jovens refere-se a um processo de aprendizagem relacionado ao trabalho por meio de treinamento ou de educação, considerando o que uma pessoa espera da sua profissão, constitui-se, portanto, num processo de crescimento contínuo nos domínios comportamentais, que favorece o desempenho no trabalho e o crescimento

individual na carreira. Deste modo, as ações referentes ao desenvolvimento profissional decorrem tanto de aprendizagem formal como informal, propiciando assim aquisição de competências. Nesse sentido, acredita-se que o jovem que participa do PJA perceba uma evolução no seu preparo para a atuação no mundo do trabalho (MOURÃO; MONTEIRO; VIANA, 2014).

Estes jovens percebem a importância de uma oportunidade no mercado de trabalho, porém, não possuem a qualificação necessária para atender as exigências do mercado, mais um fator negativo resultado da falta de orientação desses jovens durante a fase escolar. Normalmente, para eles, o foco da necessidade de trabalho se volta a satisfação de alguns desejos, principalmente por bens duráveis como celulares, calçados e vestimentas; na sociedade em que vivemos, de acordo com Einloft, Silva e Miranda (2010, p. 106) “quanto mais se consome, mais importante uma pessoa se torna”. Seria uma forma de se sentirem incluídos em grupos sociais, que antes não tinham acesso.

As reflexões aqui expostas indicam um descompasso entre o que as empresas querem de seus profissionais (em especial o jovem) e o que eles realmente estão preparados para oferecer. O desafio então é equilibrar os interesses e expectativas entre as partes, oferecendo ao mercado profissionais qualificados e aos jovens formação adequada e trabalhos realizadores.

2.1. OS JOVENS APRENDIZES E O AMBIENTE DE TRABALHO

A inclusão dos jovens no mercado de trabalho é um item de muito interesse, pois existe uma busca precoce pelo primeiro emprego, sendo este (o trabalho) que influenciará no caráter do indivíduo e criará perspectivas futuras (KOLLER *et al.*, 2009). Essas discussões precisam adentrar cada vez mais a pesquisa científica, para que se demonstre efetivamente, quais os impactos para empregadores e empregados, de indivíduos com pouca maturidade no cenário das organizações.

Sendo assim, essa inserção do jovem no mercado de trabalho acaba visando qualificá-los e proporciona aprendizagem, amadurecimento e experiências, com intuito de desenvolver profissionais competentes, destacando também que o trabalho juvenil pode ser pensado como uma ferramenta para o desenvolvimento psicossocial e como potencializador do desenvolvimento de habilidades sociais e técnicas, autoestima, autonomia, iniciativa e assunção de responsabilidades e competências (SILVA; TRINDADE, 2013).

Ademais, os colegas de trabalho (grupo social no ambiente profissional), até mesmo a gestoria, podem se tornar pessoas de referência para estes jovens, estimulando-os na escolha da

carreira profissional e ajudando a superar problemas diversos, tanto pessoais como profissionais (MÁXIMO, 2012).

Sendo assim, o intuito do programa é contribuir para o desenvolvimento social e profissional dos jovens, mediante atividades teóricas e práticas executadas no ambiente de trabalho. Essas atividades oportunizam assim a sua primeira experiência profissional de forma remunerada, contribui também para o aumento da renda familiar, ampliando seu interesse pela preparação profissional e promovendo a inclusão social (OLIVEIRA, ROBAZZI, 2001).

Em relação aos obstáculos encontrados pelos jovens no ambiente de trabalho, há fatores que podem influenciar de forma negativa no desenvolvimento, como a conciliação da carga horária da jornada de trabalho com o período escolar, sendo uma rotina cansativa, já que passam a ter menos horas de sono e um menor tempo para recreação e lazer, e que, de forma positiva estão ingressados no mercado de trabalho, adquirindo experiências e remunerações, devido aos seus próprios esforços (SILVA; TRINDADE, 2013).

A inserção dos jovens ainda é concebida como um grande desafio, principalmente por se tratar de um público mais vulnerável, que enfrenta maiores dificuldades no mercado de trabalho e tende a encontrar ocupações mais precárias devido à baixa escolaridade e pela falta de experiência, além da limitada oferta de oportunidade. Por isso, cabe evidenciar a relação que se estabelece entre os jovens e o trabalho, que é essencial na experiência do primeiro emprego, uma espécie de passaporte para a concretização da autonomia e da formação da identidade, do reconhecimento como indivíduo, pelo grupo e pela família, podendo escolher e adquirir bens de consumo (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013).

De acordo com Fischer e Souza (2005), bem como para Paula (2012), a realidade de jovens está pautada na busca precoce pelo primeiro emprego e na construção de um projeto de vida, na preparação para a convivência humana, para aprender a ser, saber e fazer. Para os jovens a escolha de uma profissão passa por uma questão de identidade, de encontro do seu espaço social, de descoberta e de oportunidades.

Estes fatores podem prejudicar o seu rendimento escolar, levando-os a abandonar os estudos e a se dedicarem exclusivamente ao trabalho. Pois muitas vezes precisam da renda do trabalho para sobreviver em sociedade. Com a evasão escolar, os jovens acabam tendo um nível baixo de escolaridade, o que, somado à grande concorrência por empregos melhores, prende-os a subempregos, estes que não necessitam de muitos requisitos e não possibilita uma melhora em suas condições de vida (ABRAMOVAY *et al.*, 2002; DUTRA-THOMÉ *et al.*, 2009).



Desse modo ocorre um fenômeno chamado adultização, que também configura fator de risco, associado à dificuldade dos trabalhadores juvenis administrarem suas vidas diante do acúmulo de atividades (exemplo: o trabalho, a escola, a família e a comunidade). Muitas vezes, não estão preparados para lidar com as exigências inerentes a estes contextos (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013).

O principal obstáculo em que os jovens se deparam é a alta competitividade com os demais profissionais, basicamente o dilema aprendizes *versus* trabalhadores. Muitas vezes, não é viável para a empresa fazer a contratação de aprendizes, além de requerer tempo e investimento para a qualificação dos mesmos, a concorrência acirrada no mercado, faz com que estejam sempre em busca de melhores posicionamentos, as quais recorrem à contratação de profissionais que possuem as experiências, pertinentes às funções (GONÇALVES, 2014).

Diante disso, é possível identificar que um dos principais motivos da inserção antecipada dos jovens no mercado de trabalho, faz-se também pela busca de formação da sua identidade, lembrando que o trabalho juvenil pode ser pensado como uma ferramenta para o desenvolvimento psicossocial e desenvolvedor de habilidades. Os jovens procuram inserir-se em um grupo social para satisfazer sua necessidade em querer fazer parte de algo, logo, procuram ingressar-se em um trabalho por ter a oportunidade de ter sua própria remuneração. Portanto, é essencial que os colegas e supervisores no meio empresarial, tenham cautela, paciência e principalmente assunção em orientá-los e acolhê-los, pois se tornam pessoas de referência na vida profissional e pessoal destes jovens, bem como se tornam os seus grandes influenciadores.

3 METODOLOGIA

O presente estudo nasceu do projeto de conclusão de curso em Administração no primeiro semestre do ano de dois mil e dezenove, com o objetivo de apresentar o funcionamento dos programas de jovens aprendizes em Maringá/PR e região, apontando as dificuldades que estes possuem no momento de sua empregabilidade por meio desses programas.

Em relação à pesquisa qualitativa, pode ser considerada como um método de investigação científica que foca no caráter subjetivo a ser analisado, preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, visa entender o porquê de certas coisas, mas não consegue mensurar seu valor, como por exemplo, as crenças, as atitudes, as escolhas dos eleitores, a percepção dos consumidores etc. Destacando que, numa pesquisa qualitativa o objetivo é conseguir



compreender o comportamento de determinado grupo e as perspectivas individuais de cada membro, estudando as particularidades e experiências individuais, neste tipo de pesquisa, os entrevistados sentem-se mais à vontade para apontar seu ponto de vista sobre determinado assunto (CERVO *et al.*, 2007).

Dessa forma, o presente estudo se caracteriza como qualitativo ao buscar promover uma discussão dos dados que vai além dos fatores matemáticos, ou seja, espera-se que os resultados obtidos por meio dos questionários possam ser aprofundados e comparados com as teorias anteriormente apresentadas, sendo possível uma reflexão e uma mostra de como está à vivência do jovem aprendiz no atual cenário brasileiro.

Já a pesquisa exploratória é um dos tipos de pesquisa científica, que consiste na realização de um estudo para a familiarização e uma maior proximidade do pesquisador com o objeto que está sendo investigado. Busca por meio dos seus métodos e critérios, uma proximidade da realidade do objeto estudado. Este tipo de método permite ao pesquisador escolher as técnicas mais adequadas para a sua pesquisa e aplicação; mapeando o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tenham domínio do assunto estudado, pesquisas de campo e análise de outros exemplos que estimulem a compreensão do tema (SEVERINO, 2012).

Portanto, o estudo se torna exploratório ao ir a campo, coletando dados que até então estavam desconhecidos pelas partes, sendo estes essenciais para um esclarecimento real de como os jovens aprendizes estão em relação ao mercado de trabalho contemporâneo.

A pesquisa se delimita em um estudo de caso. Sobre isso Gil (2008, p. 58) declara que:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos consideráveis.

O estudo de caso contribui na compreensão dos fenômenos individuais e nos processos organizacionais por meio de dados coletados e na análise minuciosa de dados (BARROS; LEHFELD, 2007). Portanto, o estudo se delimita como um estudo de caso por pesquisar jovem de uma instituição na cidade de Maringá/PR.

Como instrumento de coleta de dados optou-se pelos questionários. De acordo com Figueiredo (2009, p. 116) “um questionário pode conter perguntas abertas e fechadas, que é um instrumento destinado à coleta de informações”. Em específico adotou-se um questionário com perguntas fechadas, sendo o meio mais utilizado para obter respostas às questões de um



determinado assunto, podendo medir com maior certeza e de forma precisa e que não seja exaustivo para o respondente (CERVO *et al.*, 2007).

Os dados foram analisados em forma de relato de experiência, devido às limitações da pesquisa. E, em relação aos riscos da pesquisa, pode-se declarar que os riscos da foram mínimos, tendo em vista que as perguntas visaram apenas conhecer o posicionamento dos jovens em relação ao mercado de trabalho. Após a coleta de dados, os mesmos serão armazenados por até um ano pela pesquisadora, e, após esse período serão incinerados.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente estudo surgiu de uma experiência da autora em uma instituição de ensino profissionalizante localizada na cidade de Maringá/PR, na qual está instaurado o programa de jovem aprendiz, e vem sendo ofertado desde 2013. No momento o programa conta com 620 jovens aprendizes matriculados e que já estão inseridos no mercado de trabalho.

O registro da experiência ocorreu no mês de setembro de dois mil e dezenove (09/2019), onde os dados foram coletados individualmente com os jovens aprendizes matriculados na instituição, por meio de um questionário elaborado apenas com perguntas fechadas, aplicado a setenta e três alunos participantes, os quais responderam de forma anônima.

Como destacado anteriormente, o questionário foi aplicado de forma individual aos alunos, e, as perguntas de 1 a 3 buscaram fazer um delineamento sobre o perfil deles, onde somando 35 homens e 37 mulheres totalizando setenta e três respondentes. Com relação à idade dos participantes, 23,28% possuem idade entre 14 a 16 anos, 39,73% idade entre 16 a 18 anos, 31,51% idade entre 18 a 20 anos e 2,74% são maiores de 20 anos. O grau de escolaridade também varia, 46 dos respondentes estão cursando o ensino médio, 14 possuem ensino médio completo, 5 estão ingressados em cursos técnicos-profissionalizantes e 8 alunos já estão cursando ensino superior em faculdades.

No quadro a seguir estão inseridas todas as respostas e opiniões dos jovens aprendizes, como se sentem diante do ambiente de trabalho e quais foram os principais desafios ao ingressarem no mercado.



Quadro 1 – Média das respostas dos entrevistados

AUTO-AVALIAÇÃO	Independência financeira	Busca pela aprendizagem	Oportunidade do primeiro emprego	Outras: Dificuldades financeiras	Outras: Busca por experiência	Não se aplica
O que o motivou a ingressar no programa?	26,03%	9,59%	58,90%	1,37%	1,37%	---
AUTO-AVALIAÇÃO	0 a 6 meses	6 a 12 meses	12 a 18 meses	18 a 24 meses	Não se aplica	-
Quanto tempo está no programa?	94,52%	5,48%	---	---	---	---
AUTO-AVALIAÇÃO	Concordo	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo	Discordo totalmente	Discordo parcialmente
As atividades executadas são de seu agrado?	47,95%	24,65%	27,40%	---	---	---
AUTO-AVALIAÇÃO	Concordo	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo	Discordo totalmente	Discordo parcialmente
A remuneração do programa tem contribuído na renda familiar?	52,05%	31,51%	12,39%	1,37%	---	2,74%
AUTO-AVALIAÇÃO	0	1	2	3	4	5
Em uma escala de 0 a 5, quanto você se sentiu acolhido(a) no ambiente de trabalho?	---	1,37%	---	9,59%	27,40%	60,27%
AUTO-AVALIAÇÃO	0	1	2	3	4	5
Possui um bom relacionamento com supervisores e colegas?	---	1,37%	1,37%	4,11%	16,44%	76,71%
AUTO-AVALIAÇÃO	Excelentes	Ótimas	Boas	Ruins	Não se aplica	



Como descreveria as experiências adquiridas com o programa?	43,85%	32,87%	23,28%	---	---	---
AUTO-AVALIAÇÃO	0	1	2	3	4	5
O quanto o programa tem contribuído para a sua formação profissional?	---	---	---	12,39%	24,65%	63,02%
AUTOAVALIAÇÃO	Falta de experiência	Falta de formação complementar	A pouca idade	A alta competitividade	Outras: insegurança	Não se aplica
Quais foram os maiores desafios para se empregar?	56,16%	6,85%	8,22%	27,40%	1,37%	---

Fonte: dados coletados pela autora (2019).

No quarto questionamento realizado junto aos jovens aprendizes, foi investigado sobre o que os motivou a ingressar nesse tipo de programa. Nesse aspecto, quase 60% dos participantes responderam que a maior motivação está relacionada à oportunidade do primeiro emprego. O que vai ao encontro do que destacou CASTRO (2007, p. 6),

Aprendiz é o jovem entre 14 e 24 anos que por algum motivo decide entrar para o mercado de trabalho e com direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, não será explorado e seu ambiente de trabalho e terá oportunidade de aprender algum ofício ou profissão, tanto na questão teórica, quanto na prática, empregado em um estabelecimento propício a sua formação técnico-profissional metódica, garantindo assim, um futuro melhor.

O próximo questionamento (número cinco) foi referente ao tempo que estão no programa, quase 95% dos participantes responderam estar ingressados em uma escala inferior a seis meses, tempo considerável quando analisado com a faixa etária dos entrevistados, já que a maioria possui idade inferior a 18 anos e, estão ingressados no mercado de trabalho, adquirindo experiências tanto experiências teóricas quanto práticas, desenvolvendo suas habilidades responsabilidades e competências, conforme destacaram Silva e Trindade (2013), além de Frenzel e Bardagi (2014).

Dando continuidade foi questionado sobre se as atividades executadas são de seu agrado (sexta questão), 47,95% responderam que concordam com a questão aplicada, 24,65% responderam que concordam totalmente e 27,40% concordam parcialmente. Ou seja, vai ao

encontro do que já vinha sendo discutido, uma vez que cada indivíduo tem a sua percepção sobre o ambiente de aprendizagem bem como o de trabalho, podendo variar de como cada qual lida com a responsabilidade e as exigências inerentes a esta fase (DUTRA-THOMÉ *et al.*, 2009).

Na mesma escala a sétima questão buscou conhecer um pouco mais sobre a remuneração adquirida por meio do programa e se ela tem contribuído na renda familiar. Nesse aspecto, mais de 52% dos entrevistados responderam que sim, concordaram que a renda do programa contribuiu para a renda familiar e quase 32% concordaram totalmente, sendo este resultado considerado como muito positivo.

Os jovens estão ingressando antecipadamente no mercado de trabalho em busca de remuneração visando seu próprio sustento e contribuindo para a renda familiar, o que vai ao encontro do que destacou Dutra-Thomé *et al.* (2009, p. 7):

Esse fato também é influenciado pela necessidade de auxílio à renda familiar que, muitas vezes, é colocada sobre os jovens, visto que a arrecadação financeira mensal de seus pais não é suficiente para cobrir os gastos para a sobrevivência.

Na oitava questão, a pergunta estava se referindo a uma escala de 0 a 5 (onde 5 é muito positivo e 0 muito negativo) e os participantes deveriam mensurar o quanto se sentiram acolhidos (as) no ambiente de trabalho. Mais de 60% responderam que discordaram parcialmente, ou seja, não foram bem acolhidos. Infelizmente este número representa o que já foi mencionado sobre as empresas não saberem lidar com este grupo. Reis (2015) destaca que algumas empresas preferem contratar funcionários já experientes ao invés de empregar um jovem aprendiz, pois seu preparo para uma atuação com eficácia requer tempo, paciência e custos.

A nona questão aplicada investigou junto aos jovens aprendizes se possuíam um bom relacionamento com os supervisores e colegas, de acordo com os dados 76% responderam que discordam e apenas 1,37% que concordavam, voltando à tona o que foi dito, sobre as empresas e muitas vezes os próprios colaboradores não terem a devida receptividade com estes jovens, são ignorados no grupo de trabalho, conseqüentemente há a desmotivação e frustração (SOUZA; FROZZI; BARDAGI, 2013).

Apesar de sofrerem pré-conceito e muitas das vezes serem ignorados no ambiente de trabalho, estes jovens adquirem boas experiências e se desenvolvem no ambiente de trabalho. Como foi coletado na décima questão sobre como descreveriam as experiências adquiridas com o programa, em relação a isso, quase 44% disseram que as experiências adquiridas são ótimas, além de adquirirem experiências e se enquadrarem no mercado de trabalho, adquirem

amadurecimento, autoestima, iniciativa, responsabilidades e contentamento em fazer parte da empresa, novamente como destacaram Silva e Trindade (2013), além de Frenzel e Bardagi (2014).

Dando continuidade e quase encerrando a investigação, a décima primeira questão referente a uma escala de 0 a 5 (onde 5 é muito positivo e 0 muito negativo) foi solicitado que respondessem o quanto o programa tem contribuído para a formação profissional. 63% responderam o máximo da escala, ou seja, o programa é de grande influência na formação profissional, que buscam de acordo com Keller (2016), uma oportunidade no mercado de trabalho precocemente em busca de remuneração, mas o principal, buscam o conhecimento e a aprendizagem que estão sendo adquiridas no convívio com as escolas e o trabalho, fatores estes que influenciam diretamente na maneira de ser de cada um.

Quanto à última questão aplicada aos jovens sobre os maiores desafios para se empregarem, os mesmos responderam que dentre eles estão à falta de experiência com 56,16% e a alta competitividade com 27,40%. Por se tratar de um público jovem e vulnerável, com pouca ou nenhuma bagagem de experiência, tem de enfrentar uma alta competitividade, no qual, precisam buscar formas de se destacar e a qualificação é sua principal arma neste momento, e é exatamente isto que estão fazendo, buscando qualificação e aperfeiçoamento junto ao programa de jovens aprendizes (MACÊDO; ALBERTO, 2012).

Em suma, os jovens veem o trabalho como um conjunto de atividades a serem realizadas em troca de salários, por mais que a visão destes jovens ainda é prematura, é possível ver maturidade quando comparado com outros jovens que possuem a mesma idade, os ingressados no programa, possuem mais responsabilidades e maturidades devido à lapidação feita pelo programa, do que os que não fazem parte do programa. Diante disto, é possível perceber que a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho é primordial para sua formação enquanto cidadão, tanto no quesito profissional quanto no pessoal, pois é justamente o trabalho que molda e transforma a vida destes jovens.

Com esta pesquisa foi possível destacar aspectos positivos inerentes ao trabalho, as quais foram abordados anteriormente e o resultado da pesquisa veio de encontro, aspectos positivos tais como a maturidade, responsabilidade, oportunidade do primeiro emprego, crescimento pessoal, formação profissional e independência financeira e que, por mais que às vezes se sintam sobrecarregados e cansados devido a rotina exaustiva, não desistem, pois possuem expectativa quanto ao futuro, como por exemplo, a busca pela formação superior e a formação de sua carreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões propostas neste trabalho, foi possível observar que o trabalho tem grande influência no cotidiano de todos que fazem parte de um grupo social, bem como nas atividades empregatícias. Os jovens estão ingressando precocemente no mercado de trabalho em busca de oportunidade pelo primeiro emprego, vai além de querer se qualificar e trilhar uma carreira profissional envolve quesitos ligados à necessidade em querer fazer parte de algo, intimamente ligado a criação de sua identidade e amadurecimento, além disto, o trabalho com estes jovens garantem sua independência financeira, já que o aspecto monetário também é essencial para sua sobrevivência.

Acreditava-se, que o jovem aprendiz tem diversas dificuldades para se destacar no mercado de trabalho, sendo a principal delas a alta competitividade com os trabalhadores, estes que já possuem capacitação e as exigências impostas por estas empresas. Atualmente, por meio da Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000), o legislador garante aos jovens entre quatorze e vinte e quatro anos o direito de exercer atividades remuneradas de forma que, estas atividades não sejam prejudiciais tanto na formação escolar, quanto na sua formação profissional, tomando como base os direitos da criança e do adolescente e avaliando suas perspectivas frente ao futuro.

Sendo assim, o objetivo geral estabelecido neste trabalho foi apresentar o funcionamento dos programas de jovens aprendizes em Maringá/PR e região, apontando as dificuldades que possuem no momento de sua empregabilidade. Por meio de pesquisas, visitas e conversas com os jovens aprendizes e seus supervisores, foi evidente a satisfação e alegria dos jovens que estão inseridos no programa, por mais que haja a insegurança, o preconceito, alta competitividade e o receio por parte das empresas em contratá-los, estes jovens estão cada vez mais desenvolvidos e dominando espaços organizacionais, ressaltando que, o trabalho bem como todos que nele estão inseridos se tornam pessoas de grande referências para estes jovens, seja no quesito empregatício, onde se tornam pessoas afetivas e que transmitem seguranças a estes jovens, bem como no quesito pessoal, onde terão eterna gratidão por estas pessoas que os ajudaram a atravessar por esta fase de iniciação.

A metodologia utilizada foi um questionário aplicado aos jovens aprendizes, através uma entrevista realizada em uma instituição de ensino profissionalizante localizada em Maringá/PR, nesta entrevista foi possível identificar aquilo que já fora mencionado no decorrer desta pesquisa,



sobre o que leva os jovens a ingressarem no mercado de trabalho, sendo o maior fator o monetário, que teve o maior número de respostas, analisado também o maior desafio a ser superado por estes jovens que é o fator da alta competitividade.

Por esta pesquisa ter sido suficiente e válida, pode ser utilizada como um aporte teórico futuro; para atingir maiores resultados, pode ser utilizada em um número maior de entrevistados, bem como verificar o olhar dos empregadores em relação aos jovens aprendizes contratados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200007&script=sci_arttext> Acesso em 25 de març 2019.
- Aprendiz Legal. Disponível em <<http://site.aprendizlegal.org.br/lei>>. Acessado 24 de Mar 2019.
- BARDAGI, Maurícia Patta e NEIVA-SILVA, Lucas. **Projetos sociais com adolescentes em situação de risco**: Discutindo o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza, **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice. Hall, 2007.
- BORGES, Regina Célia Paulineli. **Jovem Aprendiz**: Os sentidos do trabalho expressos na primeira experiência profissional. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- BRANCO, Pedro Paulo. **Juventude e trabalho**: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena. BRANCO, Pedro. (Org.). Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BRASIL (1990), **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/1990**. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL (2005). **Decreto 5598/2005**. Brasília: Diário Oficial da União
- BRASIL. Lei 10.097/00, de 19 de dezembro de 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10097-19-dezembro-2000-365495-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2 maio 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2014. Disponível em:



<http://www.trabalho.gov.br/images/Documentos/Aprendizagem/Manual_da_Aprendizagem2017.pdf>. Acesso em: 15 junho 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: senado, 1988.

CASTRO, Carla Pinheiro de. **A lei do aprendiz e a inclusão de jovens no mercado de trabalho**. Pontifica Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino e SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; CASSEPP-BORGES, Vissente e KOLLER, Silvia Helena. **A juventude brasileira no mundo do trabalho: Proteção e vulnerabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; PEREIRA, Anderson Siqueira e KOLLER, Silvia Helena. **O desafio de conciliar trabalho e escola: Características sociodemográficas de jovens trabalhadores e não-trabalhadores**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 32, 2016.

EINLOFT, Paula Doeber da Silva e MIRANDA Nice de Neves. **A problemática do ato infracional e a realidade do adolescente interno no centro de atendimento socioeducativo de Santa Maria**. Ciências Humanas, v.11, 2010.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Lei 8069/90 | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#art-62>>. Acesso em 28 de Mar 2019.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 3 ed. São Paulo, 2009.

FISCHER, Frida Marina; OLIVEIRA, Denize Cristina e TEIXEIRA, Liliane Reis. **Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes**. Ciência e Saúde coletiva, 2012.

FICHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia e educação: em cena, modos de existência jovem**, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n26/n26a03.pdf>>. Acesso em 30 de abril 2019.

FRENZEL, Heloiza de Souza e BARDAGI, Marucia Patta. (2014). **Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico**. Revista Psicologia, 14(1), 79–88. Recuperado em 14 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-61869>>. Acesso em 30 de abril 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, ed. 6ª 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Ana Lucia de Alencastro. **Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico**, 2014 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200013>. Acesso em 03 de Mar 2019.



GUIMARÃES, Alexandre Queiroz e ALMEIDA, Mariana Eugenio. **Os jovens e o mercado de trabalho**: Evolução e desafios da política de emprego no Brasil, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/viewFile/6845/4926>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

IBGE, Agência de Notícias. **PNAD Contínua 2017**: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>>. Acesso em 09 de maio de 2019.

KELLER, Wener. **O direito ao trabalho como direito fundamental**: instrumentos de efetividade. 2. ed. São Paulo, 2016.

KOLLER, Silvia Helena; CERQUEIRA-SANTOS, Elder e MORAIS, Normanda Araújo de; **Adolescentes e jovens brasileiros: levantando fatores de risco e proteção**, 2009. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?cites=5316621011577837682&as_sdt=2005&scioldt=0,5&hl=en>. Acesso 09 de abril de 2019.

LOPES, Ana Christina Brito. **Proteção Integral de Crianças e Adolescentes**: Instrumentos Normativos Nacionais e Internacionais. 22 ed, 2014.

MACÊDO, Orlando Júnior Viana e ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **O sentido da formação profissional no contexto da aprendizagem, 2012**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n2/05.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

MACEDO, Orlando Júnior Viana. **O sentido da formação para o trabalho e as expectativas em relação ao futuro dos adolescentes aprendizes**. Dissertativa de Mestrado. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2006.

MÁXIMO, Thais Augusta Cunha de Oliveira. **Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do programa jovem aprendiz**. Dissertativa de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MOURÃO, Luciana; MONTEIRO, Ana Cláudia Fernandes e VIANA, Viviane Ribeiro. **A Influência do Desenvolvimento Profissional e da Identificação Organizacional na Satisfação no Trabalho, 2014**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/13470>>. Acesso 23 de março de 2019.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz ed. 4, Brasília, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**: história e teoria geral do direito do trabalho relações individuais e coletivas do trabalho. 28 ed. São Paulo: Saraiva 2013.



OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves e ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. **O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce**, 2001.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692001000300013&lng=pt>.

Acesso em 12 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Denize Cristina de; FISCHER, Frida Marina e AMARAL, Marina Almeida; **O trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes**. Revista Estudos de Psicologia, 6 (2), 245-258. Recuperado em 10 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, Lúcia de Barbosa e WETZEL, Ursula. **Rumo ao mercado de trabalho: percepções e estratégias de jovens estudantes de Administração**. II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Curitiba, 2009.

RAMOS, Marise. **A Reforma do ensino médio técnico nas instituições federais de educação tecnológica: da legislação aos fatos**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

REIS, Elaine Alves Ragassi dos. **Jovens e Mercado de Trabalho: Realidade e Perspectivas**. 3ed. 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-organizacional/jovens-e-mercado-de-trabalho-realidade-e-perspectivas>>. Acesso em 21 Mar 2019.

SANTOS, Anselmo Luiz dos e GIMENEZ, Denis Maracci. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho**. São Paulo, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300011>. Acesso em 05 de Mar 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**, 23 ed: São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Renata Danielle Moreira e TRINDADE, Zeidi Araújo. **Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2013. Recuperado em 10 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2030/203027936008.pdf>> Acesso em 09 de junho 2019.

SOUZA, Heloiza de; FROZZI, Denise e BARDAGI, Marucia Patta. **Psicologia: Ciência e Profissão: Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego**, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000400011&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 06 de mar 2019

TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz e AMARAL, Marina Almeida. **Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes**. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 8, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400019>. Acesso em 15 de Mar 2019.



TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz e SÁ, Celso Pereira. **A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes**. Psicologia: Reflexão & Crítica, 18, 125-13, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24826.pdf>>. Acesso em 02 de Abr de 2019.

VILLELA, Fabio Goulart. **Manual do direito do trabalho: teoria e questões**. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.